

EDITORIAL

A Revista da Faculdade Mineira de Direito chega ao seu 53º número com a publicação de 15 artigos inéditos, todos submetidos ao criterioso processo de avaliação às cegas pelos pares para garantir a qualidade que lhe é pertinente.

Para este editorial, nos parece digno de destaque o fato de que os trabalhos ora disponibilizados à comunidade acadêmica versam sobre temas muito diversos que, ao mesmo tempo, despertam o interesse de todos e todas aqueles que se interessam pelas ciências jurídicas.

O artigo que inaugura a presente edição intitula-se “*A razão neoliberal e os danos sociais estatais-corporativos*”. Nele, as autoras Carolina Costa Ferreira e Karine França e o autor Gabriel Divan buscam compreender como a necropolítica se interconecta à realidade dos danos sociais provocados por Estados, mercados e grandes corporações, como método de análise para os estudos criminológicos verdes.

Em seguida, a pesquisa “*La question des soumission des pouvoirs d'état dans le projet de loi d'appel d'offre bresilien*”, promovida por Bruno Marques, Grace Garbaccio e Sandro Dezan, parte dos principais arquétipos de estado e administração estatal para evidenciar como o atual modelo administrativo resulta em um equilíbrio de transparência e governança e ampla concorrência.

No texto “*Da (im)possibilidade de retificação administrativa, para incorporação de área, do registro de imóveis indígenas*”, os autores Thiago Carneiro e Magno Gomes analisam se a alteração promovida pela Lei n. 10.931/2004 sobre a Lei n. 6.015/1973, que permite a retificação administrativa de medidas de áreas imobiliárias e que eventualmente resulte em incorporação de terreno, pode ser aplicada no caso de terras indígenas.

Inspirados pela canção “Mestre-Sala dos Mares” de João Bosco e Aldir Blanc, os autores Antonio Oliveira e Raoni Vieira Gomes propõe, no trabalho “*Ode às pedras pisadas dos cais*”, a necessidade de uma leitura crítica e decolonial da história oficial brasileira e da sua decorrente teoria dos direitos humanos.

Já em “*Gênero, desejo, sexualidade e a (des)construção do direito posto*”, Pâmela Copetti Ghisleni e Doglas Cesar Lucas analisam jurisprudências representativas nacionais ou internacionais em cujo cerne circulam as questões do gênero e da sexualidade para estabelecer parâmetros que evidenciam a maneira como o Direito vem enfrentando, incorporando e narrando esses novos temas.

Em “*A linguagem entre o delito e a pena*”, Lohan Ribeiro Couto e André Ribeiro Giamberardino avaliam de que maneira a filosofia da linguagem pode render ganhos para uma

concepção democrática de censura. Para tanto, traçam um paralelo entre o delito e a pena, a partir de revisão bibliográfica pautada na interdisciplinaridade, especialmente entre as áreas da Filosofia e do Direito, adotando como marcos teóricos a fase pragmática de Ludwig Wittgenstein e o paradigma comunicativo em Jürgen Habermas.

No artigo “*Relativismo como fundamento da democracia liberal*”, o autor Henrique Smidt Simon recupera a discussão a respeito do conhecimento e a relativização da justiça como fundamento do pluralismo político, a ser refletido numa engenharia constitucional liberal, pela via da filosofia de Hans Kelsen.

Em “*Democracia feminista: por uma política de afetos*”, Patrícia Fonseca Carlos Magno de Oliveira, Vanessa Oliveira Batista Berner e Adriana Ramos Costa mobilizam categorias e conceitos da teoria crítica, da teoria decolonial e da teoria política feminista contemporânea para expor a situação do Estado na América Latina e compreender como se construiu o arcabouço político-jurídico racializado, classista, misógino e excludente na modernidade, além de articular teóricas feministas como contraponto à centralidade dos modelos de democracia liberal e da socialdemocracia, a fim de tensionar a abordagem da redistribuição e do reconhecimento, situada na crise capitalista neoliberal.

Com o objetivo de demonstrar que há fatores não econômicos que influenciam a decisão de administradores sobre a concretização de operações de fusão e aquisição e que é papel do jurista conceber formas de minimizar o impacto desses fatores para o resultado desses procedimentos, Marcia Carla Pereira Ribeiro e Pedro Henrique Carvalho da Costa apresentam a pesquisa intitulada “*Ferramentas comportamentais para auxiliar a tomada de decisão de sócios em operações de fusão e aquisição*”.

O trabalho “*A dinâmica do processo legislativo: estudo sobre a elaboração das emendas à Constituição de 1988*”, de autoria de Sérgio Antônio Ferreira Victor e Fábio Liberal Ferreira de Santana, é fruto da pesquisa que promoveram acerca do entendimento consolidado pela prática parlamentar e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que um trecho de uma proposta de emenda à Constituição aprovado por uma das Casas do Congresso Nacional e suprimido, por meio de destaque, pela outra, não impede a promulgação do texto remanescente, se este for aprovado pelas duas Casas e tem sentido independente do trecho suprimido.

No artigo “*A segunda onda da Covid-19 no Estado do Amazonas: a inefetividade das decisões judiciais como corolário da negligência estatal*”, os autores Fabrizio de Souza Barbosa Grosso e José Alberto Antunes de Miranda, empregaram metodologias qualitativas e

quantitativas para avaliar a relação da inefetividade das decisões judiciais proferidas durante a segunda onda da Covid-19 com a negligência estadual.

Por sua vez, o trabalho “*Uma (im)possível revolução paradigmática no campo da ciência jurídica*”, os autores Walter Ikeda e Rodrigo Valente Giublin Teixeira propõe um diálogo metodológico no campo da ciência jurídica, orientando sua pesquisa pelo seguinte problema: problema que orienta a pesquisa é: a estrutura das revoluções científicas, de Thomas Kuhn, é aplicável ao desenvolvimento do direito?

Sob o título “*Criminologia midiática e as projeções jornalísticas do imaginário social acerca do crime e da criminalidade na rede social Instagram*”, Driane Fiorentin de Moraes e Felipe da Veiga Dias, com o objetivo determinar o que a rede social Instagram considera como conteúdo sensível na esfera criminal, questionam quais imagens são passíveis de serem exibidas na rede social Instagram no campo jornalístico sobre o crime e a criminalidade.

A pesquisa de Carlos Eduardo Montes Netto, Juvêncio Borges Silva e Talita Vanessa Penariol Natarelli, refletida no artigo “*O problema estrutural qualificado dos transexuais no sistema carcerário brasileiro e as possíveis soluções para superação desse Estado de Coisas Inconstitucional*”, analisa o “problema estrutural qualificado” do tratamento concedido à população transexual no sistema carcerário brasileiro, sob a ótica da teoria do Estado de Coisas Inconstitucional, a partir de relatos de violações a direitos fundamentais sofridas por essas pessoas, como no caso envolvendo o Complexo Penitenciário de Curado, indicando possíveis soluções.

Finalmente, em “*O papel da vontade e do afeto para a natureza jurídica da filiação civil socioafetiva*”, Roberto Henrique Pôrto Nogueira e Rafaela Fernandes Leite indagam acerca do papel do afeto e da vontade na configuração de vínculos familiares, com o objetivo de situar tais figuras internamente ao Direito Civil, para o exame teórico-estrutural de sua natureza jurídica para a formatação da filiação civil socioafetiva.

A partir dessas breves notas, esperamos incentivar a leitura dos artigos, com a certeza de que todos têm enorme potencial para impactar a pesquisa jurídica no Brasil.

Na ocasião, registra os agradecimentos aos mais de 30 pareceristas que contribuíram com tempo e dedicação para viabilizarem a publicação deste Periódico, dentro dos mais estritos padrões de qualidade.

Professoras Doutoras

Flaviane de Magalhães Barros Bolzan de Moraes e Jamilla Monteiro Sarkis

Comissão Editorial da Revista da Faculdade Mineira de Direito